



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7041 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS SOBRE O TRABALHO DOCENTE

Francilene do Rosário de Matos - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Maria Alice Melo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS SOBRE O TRABALHO DOCENTE

1 INTRODUÇÃO

Este estudo resulta da análise preliminar do objeto da pesquisa sobre a autoidentidade profissional dos professores, na perspectiva da remodelagem que as reformas educacionais neoliberais, iniciadas nos últimos anos do século XX, vem fazendo sobre o trabalho docente. Anderson (2017) indica o surgimento de um “novo profissionalismo” ao redor do mundo, com particularidades de contextos locais. No Brasil, a nova ordem mundial aplicada à Educação exige dos professores, novos saberes, práticas e papéis que não constavam da sua formação e, ainda, os responsabiliza pela “produtividade” dos educandos.

As reformas na América Latina nos anos de 1990, segundo Oliveira (2004) trouxeram uma nova regulação às políticas educacionais, com consequências à organização e gestão escolares, reestruturando o trabalho docente, inclusive sua natureza e definição. A autora destaca que a compreensão e análise do tema tornaram-se mais complexas e mudaram o enfoque teórico-metodológico, direcionando muitos estudos para a profissão docente.

Reformas com base na meritocracia e auto-regulamentação, operacionalizam o trabalho docente de tal forma, que dificultam sua autoavaliação. Diante desse dilema e na defesa da profissão docente e da qualidade educacional, elegeu-se as questões de pesquisa: Como os professores interpretam os novos paradigmas trazidos pelas reformas educacionais neoliberais? Como lidam com as problemáticas de sua prática profissional? E, como estão reconstruindo sua identidade profissional e posicionamento social?

Preliminar à pesquisa, acreditou-se ser necessário analisar as reformas educacionais, compreendendo as contradições e os obstáculos que os professores enfrentam atualmente. E em seguida, reconhecer a percepção dos professores sobre as condições objetivas e subjetivas de seu trabalho. Tarefa que deu origem ao texto aqui apresentado.

Este estudo preliminar foi estruturado inicialmente com uma breve apresentação sobre os impactos das reformas educacionais neoliberais sobre o trabalho docente. Em seguida, feita uma discussão sobre resultados selecionados da pesquisa com professores do município de Pinheiro-MA e a relação com as reformas educacionais. E, por fim, considerações sobre as análises apresentadas, sua correspondência com pesquisas de âmbito nacional, direcionamentos para a continuidade da pesquisa e relevância do estudo para a área.

2 RELAÇÕES ENTRE AS REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Indícios de estabilidade econômica, credibilidade popular e apoio das oligarquias e mercado internacional, propiciaram a implantação das reformas impostas pelos acordos internacionais que o Brasil era signatário em meados dos anos de 1990. Priorizando interesses econômicos, as reformas influenciaram todas as políticas públicas brasileiras, inclusive as educacionais, atribuindo à escola o papel de educar a população para uma sociedade mundial, global, dinâmica, polivalente e flexível.

Com o controle da desigualdade social por meio de políticas públicas, coube à educação a inclusão da população pobre nas escolas. Therrien (1998, p.23) esclarece que as “manifestações apontam para mudanças em curso na dinâmica das relações sociais, vinculados a interpretações a respeito da escolarização que competem com aquela do ‘Estado demiurgo’”. Assim, a superação das desigualdades está na igualdade de oportunidades educacionais, o que na verdade transfere ao indivíduo a responsabilidade do acesso ao que lhe for disponibilizado pelo Estado ou o mercado.

Oliveira *et al* (2017) destacam como impactos da reforma, a ampliação da jornada de trabalho real dos docentes, sem reconhecimento legal; a ampliação das funções e responsabilidades exigidas pela comunidade, gestão e órgãos do sistema, focados na flexibilidade e na inovação; e a intensificação e autointensificação do trabalho, com crescimento da produção, sem aumento ou até mesmo com diminuição do efetivo.

A inclusão social pela educação agravou a complexidade do fazer pedagógico, exigindo do professor formações especiais. A difusão dos recursos tecnológicos alcançou as escolas, sem que docentes tivessem tempo para se adaptarem e tampouco fosse garantida a disponibilização regular desses recursos. “Os professores são vítimas não somente porque suas condições de trabalho pioram, mas também porque, em muitos lugares, é sua própria identidade que está fragilizada” (CHARLOT, 2005, p. 143).

Com o levante da ala liberal conservadora, desde os anos de 2010, ataques aos professores culminaram com o Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, que combatia o abuso da liberdade de ensinar, informando pais e estudantes sobre o direito de não serem doutrinados. A real intenção foi atingir a autonomia e a autoridade docente e interferir na boa relação com alunos e pais, mas, depois de muitos debates o projeto foi definitivamente arquivado. Segundo Frigotto (2016, p. 13) a relação pedagógica e educativa é, “uma relação de confiança, de solidariedade, de busca e de interpelação frente aos desafios de uma sociedade cuja promessa mais clara, para as novas gerações, é de ‘vida provisória e em suspenso’”.

As transformações sofridas pelo magistério desde o final do século XX, tornam mais urgente as leituras científicas da realidade educacional e a busca pela compreensão do posicionamento que os professores têm assumido. Sobretudo, para a reconstrução de sua identidade que, por consequência, conduz à recuperação da visão crítica e autocrítica da sua prática e, no sentido coletivo, fortalece as lutas comuns à sociedade capitalista.

2.1 A percepção dos professores da educação básica sobre suas condições de trabalho

Os dados utilizados nesse estudo preliminar são parte dos resultados da pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica em 2017 e 2018, realizada na cidade maranhense de Pinheiro, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Com 82.990 habitantes e 1.512,96 km², o esgotamento sanitário está disponível para 49,3% da população. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,637, com 6,5% de pessoas ocupadas e com remuneração média de 1,9 salários mínimos.

A taxa de escolaridade entre 6 e 14 anos em 2017 foi 96,6% e o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental foi 4,9, correspondendo à meta, e dos anos finais 3,9, abaixo da meta de 4.5. No ensino médio foi 3,2, sem análise comparativa pela falta de registros anteriores (INEP, 2019).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Unidade Regional de Educação (URE), em 2017 havia 1560 professores na Educação Básica, distribuídos nas 149 escolas da sede e dos 12 polos, contingente assumido como população da pesquisa.

A coleta de dados, por meio de questionário, ocorreu entre maio e novembro de 2018, com 405 respondentes em 41 escolas. Alcançando o nível amostral, representatividade e proporcionalidade, os resultados com maior frequência geraram inferências sobre 26 categorias da formação e trabalho docente. Para esse estudo preliminar, destacou-se resultados relativos à percepção dos professores sobre: regime de trabalho e rendimento; formação e preparo para atuação; infraestrutura; pressões, avaliações e atribuições; qualidade do trabalho e perspectiva profissional e; engajamento sindical e partidário.

2.1.1 Regime de trabalho e rendimento

A metade dos professores eram concursados (52,6%) e a outra contratados/temporários (41%). A insatisfação com o rendimento (66,2%) estava em receberem entre menos de um e dois salários mínimos (62,7%). Sendo o principal provedor (56%), mesmo somando-se aos demais, a renda familiar não passava de dois salários (52,1%).

Pelo fluxo de aposentadoria e redução de abertura de concursos públicos, acredita-se que futuramente contratações mais flexíveis serão preponderantes. Conforme Cardozo (2008) o atual modelo de produção leva a classe trabalhadora a uma progressiva heterogeneidade, com adoção de contratos mais flexíveis, que provocam um crescimento dos empregos precários. O déficit salarial reflete a política de Estado mínimo, que compromete o serviço público educacional, Brito (2012) elucida que as políticas públicas não têm equacionado a desvalorização e baixa remuneração docente, mesmo com propostas recorrentes de reestrutura de sua carreira, visto a efetivação ainda ser posta em questão.

2.1.2 Formação e preparo para atuação

A maioria (84,2%) era graduada ou pós-graduada nas áreas da Educação Básica, porém identificou-se algumas incompatibilidades entre disciplinas ministradas e as habilitações dos professores. Havia despreparo no início da carreira em tecnologia educacional (41%), psicologia da aprendizagem (30,4%), gestão educacional (25,2%) e didática e organização do trabalho (28,1%). Aqueles que trabalhavam com alunos especiais (34,3%) necessitaram adaptar suas aulas (78,4%), material didático (30,2%) e avaliação

(23,7%). A maioria (52,5%) não recebeu orientação específica e não teve auxílio de outro profissional no trabalho com esses alunos (51,8%).

Pela legislação e programas de reformas “os docentes têm sido forçados a dominarem novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções e o domínio de certas competências” (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 12). O uso da polivalência é nocivo à Educação, pela inabilidade em ministrar conteúdos alheios à formação. É preciso reconhecer que a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares foi um avanço para a democratização da Educação, mas sua efetivação com qualidade precisa superar problemas existentes, além de garantir formação especial, contratação de profissionais especializados e aquisição de recursos pedagógicos adequados.

2.1.3 Infraestrutura

As instalações e recursos didáticos estavam razoavelmente conservadas, mas ainda faltava: sala de informática (75,6%), parquinho (81,7%), quadra de esporte (59,3%) e biblioteca (48,6%). Sala de convivência e repouso (35,3%) e banheiros para funcionários (38,5%), também não estavam disponíveis. Os poucos equipamentos audiovisuais (43,2%) e recursos didáticos (57,1%) estavam ruins ou regulares, igualmente ao pátio e refeitório.

A maioria dos aparelhos escolares dos municípios do porte de Pinheiro é de nível elementar ou básico[1], conforme escala proposta por Soraes Neto *et al* (2013). A política de redução dos gastos públicos com a Educação não traz nenhuma projeção de melhoria. A aprovação, em 2016, do congelamento do teto de gastos nas áreas sociais, inviabiliza o cumprimento da meta 20 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que projetava a ampliação do investimento em educação pública para no mínimo 7% do Produto Interno Bruto do país, no quinto ano de vigência do plano, e no mínimo 10% ao final.

2.1.4 Pressões, avaliações e atribuições

A cobrança e estresse foram atribuídos ao aumento do número de alunos em sala (41,2%), a mudança no perfil dos alunos (33,8%) e aos intervalos insuficientes para descanso e lanche (32,1%). A maior autonomia e satisfação estava no apoio na realização das atividades (44%) e na definição e desenvolvimento de atividades (43,5%). Indicou-se o pouco controle ao Projeto Político Pedagógico (PPP) (12,1%), a escolha do material didático (6,4%) e a organização do seu tempo (5,9%).

Os professores se consideraram responsáveis pelo resultado nas avaliações externas (71,4%), cientes das transformações e repercussões das políticas educacionais sobre o seu trabalho (64%) e adaptados às exigências de sua profissão (94,6%), assumindo naturalmente responsabilidades (84,7%), não se considerando forçados a isso (69,9%).

Esses resultados ratificam a prática de centralizar as decisões e descentralizar a manutenção e a responsabilidade, considerada por Zander e Tavares (2016) como resultante das modificações econômicas, sociais e políticas do contexto da globalização. Percebeu-se que a maioria dos professores se responsabilizam e atendem as demandas passivamente, o que possivelmente se dá pela acirrada competitividade imposta pelo mercado de trabalho capitalista. Nesse sentido, Anderson (2017) resgata a distinção entre responsabilidade e prestação de contas profissional, onde a primeira leva a uma atividade proativa e centrada na ética, enquanto a segunda resulta em comportamentos mais reacionários.

2.1.5 Qualidade do trabalho e perspectiva profissional

As capacitações (71,4%), a melhor remuneração (68,1%), a redução do número de alunos por turma (48,4%) e o maior apoio técnico (41,7%) foram associados à melhoria da qualidade do trabalho. E como perspectiva para os próximos anos, a permanência na mesma função e rede de ensino (72,3%). Alguns desejavam fazer um curso superior ou pós-graduação (47,4%) e fazer concurso público para outra rede de ensino (42,7%). Um contingente mínimo declarou ter perspectiva de mudar de profissão (6,7%).

Não obstante a percepção das difíceis condições de trabalho, foi revelada a convicção profissional da maioria dos professores e a intenção de investirem em sua formação. Freire (2002) enfatiza que um dos saberes indispensáveis à luta dos professores é o saber da dignidade e da importância de sua tarefa. Sem esta convicção, entram quase vencidos na luta por seus salários e contra o desrespeito.

2.1.6 Engajamento sindical e partidário

Mais da metade (54,6%) tem filiação sindical, porém poucos são os que participam das ações e tomadas de decisão (16,5%), estando a maioria insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a atuação do sindicato (56,8%). Quanto à filiação a partidos políticos, a maioria dos professores não é filiada (77,5%).

Esses dados são preocupantes, considerando a análise de Araújo (2012), de que resultados positivos sobre temas polêmicos de âmbito nacional só serão alcançados se houver mais engajamento dos trabalhadores em Educação, para pressionar membros dos poderes executivos e legislativos. E, ainda, o alerta de que a estruturação e as normas que regem a vida em sociedade passam pelos poderes executivos e legislativos e, portanto, é muito importante que os docentes se interessem em participar ativamente da política partidária.

3 CONSIDERAÇÕES

A partir da análise dos resultados destacados foi possível atestar a consciente percepção dos professores sobre suas condições de trabalho e a real relação de consequência dessas condições com as medidas educacionais neoliberais que delinham a Educação brasileira.

Ressalta-se que as percepções declaradas não diferem dos resultados de pesquisas nacionais, como a pesquisa sobre Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil, produzida pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizada entre 2009 e 2012, que serviu de base teórica-metodológica para a pesquisa realizada pela UFMA.

Assim, considera-se que as medidas provenientes das reformas educacionais que o Estado brasileiro vem implantando, atingem diretamente os docentes, dando pouca ou nenhuma contribuição para a melhoria da condição de trabalho dos professores e, ainda, corroborando para dificultar a construção de sua identidade profissional.

O que é ser professor hoje? O que lhe credencia professor? A qual categoria

profissional pertence? Qual seu campo de atuação? Qual seu papel social? Quais direitos trabalhistas lhes resguardam? Qual o nível de autonomia sobre as etapas do seu trabalho? Quais as possibilidades formativas e profissionais de sua carreira? Qual seu nível de organização para troca de conhecimento e mobilização enquanto categoria profissional? A facilidade ou dificuldade em responder essas e outras questões relacionadas à autoidentidade profissional do professor, demonstra o quanto estão próximos ou distantes de um posicionamento que favoreça a luta por melhores condições de trabalho e por uma remuneração justa, que reflita no melhor reconhecimento social e qualidade de vida. E, portanto, faz-se justa a realização de futuras investigações científicas sobre a reconstrução da autoidentidade do professor no contexto das reformas educacionais neoliberais.

Por fim, acredita-se que o tema tratado nesse estudo tem significativa relevância para a área de Educação, em especial para a análise das categorias formação docente e trabalho docente, pelo potencial de elucidação do nível de consciência dos professores sobre a sua condição de trabalho. O que além de poder contribuir com o avanço do conhecimento da área, também pode subsidiar a elaboração e desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada dos docentes, de forma a compreenderem a origem das dificuldades da construção de sua identidade profissional e, por consequência, dos obstáculos para a articulação e mobilização da categoria profissional docente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Gary. Privatizando subjetividades: como a nova gestão pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 33, n. 3, p. 593-626, 2017.

ARAÚJO, Heleno. Organização e luta dos docentes no Brasil. *In: Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves de. A remuneração dos profissionais da educação e os desafios atuais. *In: Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: MB: Fino Traço, 2012.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. A produção flexível e a formação do trabalhador: o modelo da competência e o discurso de empregabilidade. *In: Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores*. Fortaleza: Editora Senac; Edições UFC, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 11. ed. São Paulo:

Editora Olho D'água, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola sem partido:** imposição da mordça aos educadores. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016. ISSN 2316-9303

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:** resultados e metas. Disponível em < <http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reestruturação do Trabalho Docente:** precarização e flexibilização. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 5, n. 89, p. 1127-144. Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. PEREIRA JÚNIOR, Edmilson Antônio. VIEIRA, Livia Maria. DUARTE, Adriana Maria. SILVA, Ana Maria. DUARTE, Alexandre William. **Indicadores do Trabalho Docente na Educação Básica.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

Relatório Técnico da Pesquisa sobre o Trabalho Docente na Educação Básica no Município de Pinheiro-Ma. Repositório Institucional da UFMA. 2019. Disponível em . Acesso em <07/08/2019>.

SOARES NETO, Joaquim José et al. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 24, n. 54, p. 78-99, São Paulo: 2013.

TERRIEN, Angela. **Trabalho Docente:** uma incursão no imaginário social brasileiro. São Paulo: EDUC, 1998.

ZANDER, Katherine Finn. TAVARES, Tais Moura. Federalismo e gestão dos sistemas de ensino no Brasil. *In: Políticas Educacionais:* conceitos e debates. 3. ed. Curitiba: Appris, 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Neoliberalismo. Docência.

[1] Além dos itens presentes no nível elementar (água, sanitário, energia, esgoto e cozinha), neste nível as escolas já possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares. Em geral, elas possuem: sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora (Soares Neto, 2013, p. 90)